



2º Simulado Especial

TRF 3

Cargo: Técnico Judiciário -
Área Administrativa - Pós-Edital

Simulado

2º Simulado Especial TRF-3 (Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Técnico Judiciário - Área Administrativa do TRF-3**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/FWrHP1SxRbVHDEfu8>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<http://estrategia.ac/a2hrj7>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe***TEXTO**

Marina foi, no fim de semana, almoçar em um restaurante e lá foi picada por mosquito. Em outro dia, almoçando na própria casa, no terraço, 16º andar, foi picada por mosquito. Da sua família de quatro pessoas, duas já tiveram dengue. Os mosquitos reinam em toda parte.

Muitas pessoas não acreditam nas epidemias. Será esse modo de pensar que faz com que joguem lixo no terreno atrás da própria casa ou usem o próprio quintal para desovar qualquer tranqueira? Na luta contra o mosquito, Oswaldo Cruz retirou 36 carroças de lixo de casas e terrenos! Mas isso foi no século passado. De lá para cá, a cidade só cresceu, e o lixo com ela.

O combate a um mosquito não pode ter início quando ele começa a plantar bebês microcéfalos nas estatísticas do país. Aí já é tarde. Uma guerra que se pretende ganhar teria que ter começado dotando de esgoto as moradias, recolhendo o lixo regularmente, e tornando cada cidadão moralmente consciente da sua importância numa luta que é de todos.

(Marina Colasanti. Disponível em: <http://www.marinacolasanti.com>)

01. A partir da leitura do texto, é correto afirmar que

- a) Marina não toma atitudes preventivas para deter o mosquito.
- b) A ação de Oswaldo Cruz foi inútil para a contenção do mosquito.
- c) A atitude das pessoas pode favorecer o surgimento dos mosquitos.
- d) Marina frequenta lugares que deixam água parada.
- e) Fazer a gestão correta do lixo não traz impactos positivos para conter o mosquito.

02. Leia as frases a seguir:

- O computador deve, **portanto**, estar inserido em atividades essenciais.
- A maioria dos profissionais usam a rede mundial de computadores **para** seu planejamento.
- **Quando** os alunos e professores estão distantes, esse recurso se torna indispensável.

Os termos em destaque estabelecem, respectivamente, as seguintes relações de sentido com os demais elementos:

- a) moderação, finalidade, tempo
- b) causa, finalidade, circunstância
- c) conclusão, motivo, tempo
- d) ênfase, finalidade, circunstância
- e) conclusão, finalidade, tempo

03. Há palavra ou expressão com sentido conotativo em:

- a) A insegurança é muito presente no cotidiano de moradores de grandes centros urbanos.
- b) O policiamento garante certa tranquilidade em áreas de lazer da cidade.
- c) Investimentos são necessários para a renovação da segurança pública.
- d) Nas metrópoles, os moradores vivem reféns do medo.
- e) Entre a população mais idosa, uma porcentagem considerável deseja se mudar para lugares com maior segurança e qualidade de vida.

04. Em relação _____ proposta apresentada, o texto reproduziu o que estamos reivindicando _____ anos. O relator se referia _____ todas as condições de trabalho.

Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas dos enunciados devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- a) à, há, a
- b) a, a, a
- c) a, à, à
- d) à, há, à
- e) há, a, a

05. A mesma regra para o emprego da vírgula em "O Presidente, que foi eleito democraticamente, será novamente candidato" pode ser observada em

- a) Assim que anoiteceu, todos foram dormir.
- b) Os alunos, muito inteligentes e atentos, foram aprovados.
- c) Os carros, as motos, as bicicletas e as pessoas lotam o centro da cidade.
- d) A chegada da encomenda, quando estávamos em tempos normais, não demorava muito.
- e) Se todos fossem iguais, sobrariam talentos desperdiçados.

06. A frase em que o termo destacado apresenta a regência de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa é:

- a) **Assistimos** o espetáculo sem piscar os olhos.
- b) **Obedeça** os seus pais!
- c) **Assiste** aos prejudicados o direito de indenização.
- d) João tinha certeza de que estava **apto** de fazer o trabalho.
- e) Ana **namorava** com o João.

07. Levando-o a um estado mental de paz e caos, a filosofia enobrece o homem, como se tudo que tivesse vivido antes fosse menor que o instante atual.

A frase acima conservará seu sentido e sua correção formal no caso de o elemento sublinhado ser substituído por

- a) Permitindo-lhe chegar em um estado mental de paz e caos.
- b) Embora o leve a um estado mental de paz e caos.
- c) Ainda que o leve a um estado mental de paz e de caos.
- d) Uma vez que o conduz a um estado mental de paz e de caos.
- e) Possibilitando-o alcançar um estado mental de paz e caos

08. *Todas essas etapas, _____ para o correto andamento do processo, precisam estar de acordo com as regras _____ pelas autoridades locais, em conformidade com as regras aplicadas a todos os candidatos que _____ na seleção. O que se pode afirmar é que há _____ vagas.*

Para que o texto esteja de acordo com a norma-padrão de concordância verbal e nominal, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- a) necessárias... passadas...se inscreveu... bastantes
- b) necessárias... passadas... se inscreveram... bastantes
- c) necessário... passadas... se inscreveram... bastantes
- d) necessárias... passadas... se inscreveram... bastante
- e) necessária... passadas... se inscreveu... bastantes

09. Transpondo-se a frase “Um estudo realizado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) aponta um aumento de 90,5% nos casos de depressão entre os brasileiros desde o início da quarentena” para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

- a) é apontado
- b) apontam-se
- c) foi apontado
- d) era apontado
- e) tinha sido apontado.

10. De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República (3ª edição), é correto afirmar que:

- a) O cabeçalho é utilizado em todas as páginas do documento, centralizado na área determinada pela formatação.
- b) Os documentos oficiais devem ser identificados de maneira completa da seguinte maneira: nome do documento e indicação de numeração.
- c) O vocativo deve ser destacado em negrito e sinalizado com uma vírgula.
- d) O único fecho permitido em mensagem é *respeitosamente*.
- e) No endereçamento a autoridades tratadas por Vossa Excelência no corpo do ofício, a forma será “A Sua Excelência o Senhor” ou “A Sua Excelência a Senhora”.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Eduardo Mocellin

11. Tiago, Bruno, Pedro, Diego e Eduardo são amigos que apresentam formações diferentes. Um é veterinário, um é matemático, um é químico, um é biólogo e um é geólogo. Sabe-se que:

- Tiago, Pedro e o matemático não são corintianos;
- O químico dá sempre carona para Eduardo;

- Tiago, Pedro e Diego sempre almoçam com o geólogo;
- O veterinário trabalha próximo de Pedro, Diego e Bruno, mas distante do químico.

Desse modo, é correto afirmar que Bruno é

- a) matemático
- b) biólogo
- c) geólogo
- d) químico
- e) veterinário

12. Joaquim iniciou um tratamento que consiste em tomar um comprimido dia sim, dia não. Ele deve tomar todos os comprimidos de uma embalagem que contém 35 comprimidos.

Se ele tomou o primeiro comprimido em uma segunda-feira, então ele tomou o último comprimido em:

- a) uma sexta-feira.
- b) um sábado.
- c) um domingo.
- d) uma segunda-feira.
- e) uma terça-feira.

13. Uma indústria demitiu 10% dos seus trabalhadores. No semestre seguinte, contratou 10 pessoas. Após outros seis meses, novamente foram feitas demissões, no total de 10% do quadro de trabalhadores corrente. Ao final desse processo que durou 12 meses, a indústria ficou com 84% do total inicial de trabalhadores. O número final de trabalhadores dessa indústria, após as demissões e contratações, é de:

- a) 84
- b) 168
- c) 252
- d) 336
- e) 420

14. Uma gaveta X tem dez meias pretas e uma gaveta Y tem dez meias amarelas. Essas são as únicas meias contidas nas duas gavetas. Retiram-se quatro meias da gaveta X, que são então colocadas na gaveta Y. Agora, retiram-se, aleatoriamente, cinco meias da gaveta Y, que são então colocadas na gaveta X.

Após essas transferências, é correto afirmar que:

- a) só ficaram meias amarelas na gaveta Y;
- b) só ficaram meias pretas na gaveta X;
- c) há pelo menos uma meia preta na gaveta Y;
- d) há pelo menos uma meia amarela na gaveta X;
- e) há mais meias amarelas na gaveta Y do que meias pretas na gaveta X.

15. Em um mesmo dia, ou Tiago treina musculação ou Tiago pratica natação. Se Tiago treina musculação, então ele fica irritado. No dia em que Tiago pratica natação, ele não vai à praia. Ora, ontem Tiago não estava irritado.

Sendo assim, é correto concluir que ontem Tiago

- a) treinou musculação.
- b) treinou musculação ou não praticou natação.
- c) não estava irritado e foi à praia.
- d) não estava irritado e treinou musculação.
- e) não foi à praia.

NOÇÕES SOBRE O DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Lilian Novakoski

16. Com base na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei n.º 13.416/2015, marque V para as afirmativas verdadeiras a seguir e F para as falsas.

- () Compete ao poder público garantir a dignidade da pessoa com deficiência até os 18 (dezoito) anos de idade.
- () A pessoa com deficiência não poderá ser obrigada a se submeter a intervenção clínica ou cirúrgica, a tratamento ou a institucionalização forçada.
- () A O processo de habilitação e de reabilitação tem por objetivo o desenvolvimento de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísticas que contribuam para a conquista da autonomia da pessoa com deficiência e de sua participação social em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.
- () É vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em mensalidades, anuidades e matrículas de instituições de ensino por requerimentos de adequações e modificações necessárias ao atendimento de pessoas com deficiência.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, considerando as afirmativas de cima para baixo.

- a) V, V, F, F.
- b) F, F, F, V.
- c) F, V, V, V.
- d) V, F, F, F.
- e) V, V, V, F.

17. Com base na Lei n.º 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) assinale a alternativa incorreta:

- a) A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sendo prevista, entre outras situações, a preferência na restituição do imposto de renda.
- b) As operadoras de planos e seguros privados de saúde são obrigadas a garantir à pessoa com deficiência, no mínimo, todos os serviços e produtos ofertados aos demais clientes.
- c) Fica assegurado à pessoa com deficiência o recebimento de boletos, recibos, extratos e cobranças de tributos em formato acessível, quando solicitar.
- d) Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas, poderá ser deferida dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade.
- e) Nos teatros e cinemas deve ser garantido espaços livres e assentos para a pessoa com deficiência, de acordo com a capacidade de lotação da edificação, não podendo ser cobrada taxa extra no valor do ingresso.

18. A Lei Brasileira de Inclusão prevê que produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social refere-se a:

- a) Acessibilidade
- b) Barreiras
- c) Tecnologia assistiva ou ajuda técnica
- d) Desenho Universal

e) Mobiliário Urbano

19. O Congresso Nacional votou a Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, que trata do atendimento prioritário a algumas pessoas.

Em relação ao disposto nessa lei, analise os itens e assinale a alternativa correta:

- I - O atendimento prioritário poderá ser realizado mediante discriminação de postos, caixas, guichês, linhas ou atendentes específicos para esse fim.
- II - Caso não haja atendentes específicos para a realização do atendimento prioritário, as pessoas que tem direito ao atendimento prioritário deverão ser atendidas imediatamente após a conclusão do atendimento das outras pessoas que estiverem na fila de atendimento normal.
- III - Os logradouros e sanitários públicos, bem como os edifícios de uso público, terão normas de construção, para efeito de licenciamento da respectiva edificação, baixadas pela autoridade competente, destinadas a facilitar o acesso e uso desses locais pelas pessoas portadoras de deficiência.

Estão de acordo com o disposto na Lei nº 10.048/00 os itens:

- a) I, II e III.
- b) I, apenas.
- c) II, apenas.
- d) I e III.
- e) Nenhum dos itens.

20. Joana, deficiente auditiva, não consegue acessar informações no site do seu banco, por falta de acessibilidade. Maria, deficiente física, usa cadeiras de roda e não consegue acessar um supermercado, pois falta elevador e rampas de acesso. Tais situações hipotéticas tratam de, respectivamente, de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, barreiras:

- a) Atitudinais e Arquitetônicas
- b) Tecnológicas e Urbanística
- c) Comunicação e Informação e Arquitetônicas
- d) Tecnológicas e Atitudinais
- e) Comunicação e Informação e Urbanística

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

21. A respeito das regras aplicáveis ao processo administrativo em âmbito federal, assinale a alternativa correta.

- a) O processo administrativo não será paralisado, em regra, caso um parecer obrigatório e não vinculante deixe de ser emitido no prazo fixado.
- b) É vedado a formulação em único requerimento de diversos pedidos que possuam conteúdos idênticos.
- c) O reconhecimento de firma é requisito indispensável para a formalização dos atos do processo administrativo.
- d) Os atos de instrução do processo que exijam a atuação dos interessados devem ser realizados de modo menos oneroso para a Administração.
- e) O recurso das decisões administrativas restringe-se a discutir aspectos de legalidade, não de mérito.

22. No que se refere à Lei de Improbidade Administrativa, considerando a redação atualizada da Lei 8.429/1992 e os entendimentos do Supremo Tribunal Federal (STF), é correto afirmar que:

- a) Para a caracterização dos atos de improbidade exige-se exclusivamente a voluntariedade do agente.
- b) Admite-se conduta culposa para a caracterização de ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.
- c) A perda patrimonial decorrente da atividade econômica é elemento suficiente para se caracterizar ato de improbidade administrativa.
- d) É cabível a presunção de ocorrência de dano para condenação por ato de improbidade que causa lesão ao erário.
- e) A ação para a aplicação das sanções previstas nesta Lei prescreve em 8 anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.

23. A respeito da demissão de empregados públicos concursados, assinale a alternativa que se amolda ao entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF):

- a) Sociedades de Economia mista poderão dispensar seus empregados exclusivamente na hipótese de enquadramento na justa causa trabalhista.
- b) A instauração de processo administrativo ou sindicância é requisito indispensável para a demissão de empregados concursados.
- c) Empresas públicas prestadoras de serviço público próprio do Estado que atuam em regime não concorrencial não têm o dever de motivar a demissão de seus empregados concursados, dado tratar-se de ato *ad nutum*.
- d) Empregado público admitido mediante concurso público não pode ser demitido após 3 anos de efetivo exercício do emprego.
- e) Empresas públicas em regime concorrencial têm o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados concursados, não se exigindo processo administrativo, motivação que deve conter fundamento razoável, não se exigindo enquadramento na justa causa trabalhista.

24. Assinale a afirmativa INCORRETA a respeito da organização da Administração Pública.

- a) A desconcentração ocorre exclusivamente dentro de uma mesma pessoa jurídica.
- b) Os conselhos de fiscalização profissional, enquanto entidades de direito público, submetem-se ao regime de precatórios.
- c) A imunidade tributária recíproca pode ser aplicada a empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos de prestação obrigatória e exclusiva do Estado.
- d) Agência executiva consiste na qualificação dada à autarquia ou fundação que tenha celebrado contrato de gestão com o Poder Público.
- e) O consórcio público constituirá ou associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.

25. Considerando as normas previstas na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDB) acerca da decisão administrativa e da responsabilidade do agente público, é INCORRETO afirmar:

- a) A decisão que decretar a invalidação de ato administrativo deverá indicar, quando for o caso, as condições para que a regularização do ato ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais.
- b) A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, podendo ser declaradas inválidas situações plenamente constituídas, com base em mudança posterior de orientação geral.
- c) A decisão que estabelecer orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.
- d) A decisão que decretar a invalidação de ato administrativo deverá indicar de modo expreso suas consequências jurídicas e administrativas.
- e) Não se deve decidir com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

26. Tomando por base as regras constitucionais quanto ao direito de greve dos servidores públicos, é correto afirmar que:

- a) é expressamente vedada a realização de greve por servidores públicos em geral.
- b) será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar específica.
- c) é permitida a deflagração de greve por agentes públicos, sejam civis ou militares.
- d) o Congresso Nacional já editou a lei que regulamenta especificamente o direito de greve no serviço público.
- e) é vedada a realização de greve por servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública, sejam militares ou civis.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

27. A respeito dos direitos fundamentais, assinale o item incorreto.

- a) O direito de petição é um remédio administrativo, que pode ter como destinatário qualquer órgão ou autoridade do Poder Público, de qualquer um dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) ou até mesmo do Ministério Público.
- b) De acordo com a CF, somente estarão isentas do pagamento de taxa para obtenção de certidões em repartição pública para defesa de direitos as pessoas que comprovarem sua hipossuficiência.
- c) Em razão do princípio da inafastabilidade de jurisdição, também denominado de princípio da universalidade de jurisdição, não existe no Brasil, como regra geral, a “jurisdição condicionada” ou “instância administrativa de curso forçado”.
- d) A CF assegura o princípio da irretroatividade da lei ao dispor que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Entretanto, tal dispositivo não impede que o

Estado crie leis retroativas, desde que favoráveis aos indivíduos.

- e) O princípio do juiz natural impede a criação de juízos de exceção ou “ad hoc”, criados de maneira arbitrária, após o acontecimento de um fato.

28. Assinale a opção correta em relação aos direitos políticos.

- a) Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 60 dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos.
- b) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, Senador e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- c) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- d) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- e) O militar alistável é elegível, se contar menos de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

29. No que tange organização do Estado, analise os itens abaixo:

- I. A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- II. Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
- III. O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

Analise os itens acima e assinale:

- a) se somente o item I estiver correto.
- b) se somente o item II estiver correto.
- c) se somente o item III estiver correto.
- d) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- e) se somente os itens II e III estiverem corretos.

30. A respeito do processo legislativo, assinale a alternativa correta:

- a) a iniciativa legislativa de emenda à Constituição pode ser proposta por mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.
- b) É possível a edição de medida provisória que verse sobre direitos individuais ou sobre casos de inelegibilidade.
- c) Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará,

dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.

- d) É vedada a reedição, na mesma legislatura, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.
- e) O Presidente da República não poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

31. Compete privativamente ao Presidente da República, EXCETO:

- a) decretar o estado de defesa e o estado de sítio.
- b) vetar projetos de lei, total ou parcialmente;
- c) exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos.
- d) Decretar o estado de calamidade pública de âmbito nacional.
- e) iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

32. À luz do que dispõe a Constituição Federal acerca da organização do Poder Judiciário,

- a) compete aos próprios Tribunais Regionais do Trabalho a iniciativa da elaboração de projeto de lei que disponha sobre planos de cargos e salários de seus membros, bem como de seus serviços auxiliares.
- b) todos os tribunais brasileiros devem observar a regra do “quinto constitucional”, que estabelece que um quinto de seus lugares será composto de membros do Ministério Público e da advocacia.
- c) um advogado ou um membro do Ministério Público que for nomeado desembargador de um Tribunal de Justiça somente adquirirá a vitaliciedade após dois anos de efetivo exercício no cargo.
- d) lei complementar, de iniciativa do Congresso Nacional, disporá sobre o Estatuto da Magistratura.
- e) compete privativamente aos tribunais propor a criação de novas varas judiciárias.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO*Adriana Menezes*

33. Assinale a opção correta acerca dos direitos garantidos pela seguridade social.

- a) Todos os benefícios previdenciários exigem um número mínimo de contribuições mensais para serem concedidos.
- b) A assistência social é prestada apenas a quem contribui regularmente para a seguridade social.
- c) Os benefícios assistenciais são concedidos apenas a quem contribui para a previdência social.
- d) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, enquanto a previdência social tem caráter contributivo.
- e) As ações públicas de saúde serão prestadas somente àqueles que não possuem plano privado de saúde.

34. Poderá se inscrever como segurado facultativo do regime geral de previdência social – RGPS

- a) o ministro de confissão religiosa.
- b) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.
- c) o síndico de condomínio que não recebe remuneração direta e possui isenção da taxa condominial por exercer tal encargo.
- d) o servidor público federal vinculado ao regime próprio de previdência dos servidores da União, ainda que não esteja afastado sem vencimentos.
- e) aquele que se dedica exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência.

35. Joaquim, após filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), foi acometido de doença especificada em lista elaborada pelos Ministérios da Saúde e da Previdência Social, de acordo com os critérios de mutilação. Joaquim, então, requereu à

Previdência o benefício de auxílio por incapacidade temporária. Referido benefício será concedido

- a) cumprida a carência de 10 contribuições mensais.
- b) cumprida a carência de 12 contribuições mensais.
- c) cumprida a carência de 24 contribuições mensais.
- d) cumprida a carência de 180 contribuições mensais
- e) independente de carência.

36. De acordo com a Lei nº 8.213/1991, o valor da aposentadoria por incapacidade permanente do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de

- a) 30%, acréscimo este que cessará com a morte do aposentado, não sendo incorporável ao valor da pensão.
- b) 25%, acréscimo este que não cessará com a morte do aposentado, sendo incorporável ao valor da pensão.
- c) 30%, ainda que o valor da aposentadoria atinja o limite máximo legal.
- d) 25%, ainda que o valor da aposentadoria atinja o limite máximo legal.
- e) 45%, acréscimo este que não cessará com a morte do aposentado, sendo incorporável ao valor da pensão.

37. João Tomate é empregado em uma fazenda que cultiva soja há 10 anos. Se quiser se aposentar terá que cumprir

- a) 65 anos de idade e, no mínimo, 180 contribuições.
- b) 60 anos de idade e, no mínimo, 180 contribuições.
- c) 62 anos de idade e, no mínimo, 180 contribuições.
- d) 55 anos de idade e, no mínimo, 120 contribuições.
- e) 65 anos de idade, com no mínimo 20 anos de atividade rural comprovada.

38. Mateus, aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), é casado com Diana há 30 anos e reside em Tinguá/MG com sua esposa e dois filhos: Miguel, com 20 anos de idade, e Fred, com 25 anos, que está cursando ensino superior. Infelizmente, Mateus foi vítima de um disparo de arma de fogo e veio a falecer em seguida. Superado o período de luto, a família solicitou a pensão por morte.

Assinale a opção que indica o percentual devido a título de pensão por morte e quem será o beneficiário:

- a) 100% da aposentadoria, dividido em partes iguais entre a viúva e os 2 filhos.
- b) 50% da aposentadoria, dividido entre a viúva e o filho de 25 anos de idade.
- c) 60% da aposentadoria, com rateio igual entre os filhos do falecido.
- d) 100% da aposentadoria, dividido em partes iguais entre a viúva e o filho com 20 anos de idade.
- e) 70% da aposentadoria, rateados entre Diana e o filho com 20 anos de idade.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

39. Acerca do processo de execução, considere:

- I – O exequente pode cumular várias execuções, ainda que fundadas em títulos diferentes, quando o executado for o mesmo e desde que para todas elas seja competente o mesmo juízo e idêntico o procedimento.
- II – O oficial de justiça poderá cumprir os atos executivos determinados pelo juiz também nas comarcas contíguas, de fácil comunicação, mas não nas que se situem na mesma região metropolitana.
- III – Nos títulos executivos constituídos ou atestados por meio eletrônico, é admitida qualquer modalidade de assinatura eletrônica prevista em lei, dispensada a assinatura de testemunhas

quando sua integridade for conferida por provedor de assinatura.

IV – A existência de título executivo extrajudicial não impede a parte de optar pelo processo de conhecimento, a fim de obter título executivo judicial.

V – A alienação em fraude à execução é inválida em relação ao exequente.

De acordo com o Código de Processo Civil, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I, II e III.
- c) II, III e IV.
- d) IV e V.
- e) I, III e IV.

40. De acordo com o Código de Processo Civil,

- a) Quando na sentença houver uma parte líquida e outra ilíquida, ao credor é lícito promover simultaneamente a execução daquela e, em autos apartados, a liquidação desta.
- b) A liquidação não poderá ser realizada na pendência de recurso.
- c) Quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida, proceder-se-á à sua liquidação por arbitramento, quando houver necessidade de alegar e provar fato novo.
- d) Quando a apuração do valor depender apenas de cálculo aritmético, será necessária a instauração de liquidação de sentença pelo procedimento comum.
- e) Na liquidação permite-se modificar a sentença que a julgou.

41. Sobre a ordem processos no tribunal e a sua previsão no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) Distribuídos, os autos serão imediatamente conclusos ao relator, que, em 15 (quinze) dias, depois de elaborar o voto, restituirá, com relatório, à secretaria.
- b) A apelação será julgada antes do agravo de instrumento interposto no mesmo processo.
- c) Lavrado o acórdão, sua ementa será publicada no órgão oficial no prazo de 5 (cinco) dias.
- d) Todo acórdão conterá ementa.
- e) O voto vencido será necessariamente declarado e considerado parte integrante do acórdão para todos os fins legais, ressalvado de pré-questionamento.

42. A respeito das partes e dos procuradores, em consonância com as regras vigentes atualmente na sistemática processual civil brasileira,

- a) A curatela especial será exercida pelo Ministério Público, nos termos da lei.
- b) A falta de consentimento do cônjuge, quando necessário e não suprido pelo juiz, invalida o processo.
- c) A representação judicial do Município pela Associação de Representação de Municípios somente poderá ocorrer em questões de interesse comum dos Municípios associados e independerá de autorização do respectivo chefe do Poder Executivo municipal, com indicação específica do direito ou da obrigação a ser objeto das medidas judiciais.
- d) Nem toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo.
- e) Quando o inventariante for dativo, é desnecessária a intimação dos sucessores do falecido no processo no qual o espólio seja parte.

43. De acordo com o Código de Processo Civil, responde por perdas e danos aquele que litigar de má-fé

- a) Apenas como autor.
- b) Apenas como réu ou autor.
- c) Apenas como autor ou interveniente.
- d) Apenas como réu ou interveniente.
- e) Como autor, réu ou interveniente.

44. De acordo com o que estabelece o Código de Processo Civil acerca da sentença e da coisa julgada:

- a) Oferecida a contestação, a extinção do processo por abandono da causa pelo autor não depende de requerimento do réu.
- b) A desistência da ação pode ser apresentada até o trânsito em julgado da sentença.
- c) O pronunciamento judicial que não resolve o mérito obsta a que a parte proponha de novo a ação.
- d) Se o autor der causa, por 3 (três) vezes, a sentença fundada em abandono da causa, não poderá propor nova ação contra o réu com o mesmo objeto, ficando-lhe ressalvada, entretanto, a possibilidade de alegar em defesa o seu direito.
- e) A decisão deve ser certa, salvo se resolver relação jurídica condicional.

DIREITO PROCESSUAL PENAL*Renan Araújo*

45. Lucas foi denunciado pelo Ministério Público Federal em razão da suposta prática do crime de corrupção ativa (reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.). O Oficial de Justiça Federal não encontrou o réu no endereço indicado na denúncia, certificando que Lucas estaria em local incerto e não sabido. Após diligências, não foi possível obter o novo endereço do réu. O Juízo Federal, então, determinou a citação do réu por edital. Findo o prazo do edital, o réu não compareceu, mas constituiu advogado.

Nesse caso, o Juiz deverá:

- a) dar seguimento ao processo.
- b) nomear ao réu um defensor, a quem caberá apresentar resposta à acusação.
- c) suspender apenas o curso do processo.
- d) suspender o processo, ficando também suspenso o curso do prazo prescricional, indefinidamente.
- e) suspender o processo, ficando também suspenso o curso do prazo prescricional, estando a suspensão do prazo prescricional limitada ao prazo de prescrição previsto considerando a pena máxima cominada ao delito.

46. Daniel está sendo investigado em inquérito policial, que tramita junto à Polícia Federal, pela suposta prática do crime de furto simples praticado em detrimento da Caixa Econômica Federal (pena: reclusão de 01 a 04 anos e multa). Nesse caso, é correto afirmar que a prisão preventiva:

- a) poderá ser decretada de ofício pelo Juiz, ainda que Daniel seja primário.
- b) não poderá ser decretada, ainda que o infrator seja reincidente em crime doloso.
- c) poderá ser decretada, se presentes os demais requisitos, caso o infrator seja reincidente em crime doloso.

d) não poderá ser decretada sem que haja requerimento do Ministério Público, ainda que haja representação da autoridade policial.

e) não poderá ser decretada, por se tratar de crime sem violência ou grave ameaça à pessoa.

47. Mauro e Arnaldo foram denunciados pelo Ministério Público Federal pela suposta prática do crime de furto qualificado pelo concurso de agentes (reclusão de 02 a 08 anos e multa), em tese praticado contra uma agência dos Correios. Na sentença, o Juízo Federal condenou Mauro pelo referido crime, nos termos da denúncia. Todavia, reconheceu a prescrição da pretensão punitiva em relação a Arnaldo, eis que, por ter menos de 21 anos à época do fato, o crime já estaria prescrito, na medida em que o prazo prescricional foi reduzido pela metade.

O Ministério Público, inconformado com a parte da sentença que reconheceu a extinção da punibilidade em relação a Arnaldo, deverá interpor:

- a) Apelação, no prazo de 05 dias
- b) Apelação, no prazo de 10 dias
- c) Embargos de declaração, no prazo de 02 dias
- d) Recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias
- e) Recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias

48. Acerca dos recursos e do habeas corpus, assinale a alternativa correta:

- a) O efeito regressivo está presente apenas em algumas modalidades recursais, como o recurso em sentido estrito e a apelação.
- b) Os Juízes e Tribunais, ainda que verifiquem a existência de coação ilegal, não podem conceder de ofício ordem de *habeas corpus*.
- c) Se o habeas corpus for concedido em virtude de nulidade do processo, este não será renovado.
- d) É cabível recurso em sentido estrito para impugnar a decisão de Juízo de primeira instância que concede a ordem de *habeas corpus*.
- e) No caso de concurso de agentes, a decisão relativa ao recurso interposto por apenas um deles não afetará os demais, independentemente dos fundamentos da decisão.

49. Fernando foi denunciado pelo Ministério Público Federal pela suposta prática do crime de estelionato (pena: reclusão de 01 a 05 anos e multa). Segundo consta na denúncia, Fernando teria se passado por um funcionário da empresa provedora de serviço de *internet* para, valendo-se da distração do gerente, subtrair dois *notebooks* pertencentes à Caixa Econômica Federal, avaliados em R\$ 6.000,00 cada. O Juízo, ao final da instrução, entendeu que o fato narrado constituía, na verdade, o crime de furto qualificado pela fraude (pena: reclusão de 02 a 08 anos e multa).

Nesse caso, é correto afirmar que se está diante de:

- a) *Mutatio libelli*, não podendo o Juiz condenar Fernando pelo crime de furto qualificado, por ter pena mais grave que o delito originalmente imputado na denúncia.
- b) *Mutatio libelli*, podendo o Juiz condenar Fernando pelo crime de furto qualificado, ainda que tenha pena mais grave que o delito originalmente imputado na denúncia.
- c) *Mutatio libelli*, podendo o Juiz condenar Fernando pelo crime de furto qualificado apenas se houver aditamento da denúncia por parte do MP.

d) *Emendatio libelli*, não podendo o Juiz condenar Fernando pelo crime de furto qualificado, por ter pena mais grave que o delito originalmente imputado na denúncia.

e) *Emendatio libelli*, podendo o Juiz condenar Fernando pelo crime de furto qualificado, ainda que tenha pena mais grave que o delito originalmente imputado na denúncia.

50. Silvio é servidor do TRF3 e está lotado no Gabinete do Juiz da 01ª Vara Federal Criminal de determinada seção judiciária. No exercício de sua função, Silvio se depara com um processo criminal no qual seu amigo íntimo, Henrique, é o acusado; Rudimar é desembargador do mesmo TRF3 e foi sorteado como relator de um recurso de apelação interposto em processo criminal no qual, meses antes, ele próprio havia atuado como Juiz de primeira instância e proferido sentença.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Silvio e Rudimar poderão atuar, não havendo suspeição ou impedimento.
- b) Silvio é suspeito, e Rudimar está impedido de atuar.
- c) Silvio e Rudimar estão impedidos de atuar no referido processo.
- d) Silvio e Rudimar são considerados suspeitos.
- e) Silvio é considerado impedido, e Rudimar é suspeito.

51. Danilo foi ofendido em sua dignidade e decoro por Lúcio e Cristiano, sendo chamado de “babaca”, “corno” e “safado”. Em se tratando de crime de injúria simples, Danilo ajuizou queixa-crime em desfavor de Lúcio e Cristiano. No curso do processo, porém, o querelante se acertou com o amigo Lúcio, mas ainda desejava continuar processando Cristiano. Nesse caso:

- a) Danilo poderá renunciar ao direito de queixa em favor de Lúcio, mas manter o processo contra Cristiano
- b) Danilo poderá renunciar ao direito de queixa em favor de Lúcio, mas tal renúncia se estenderá a Cristiano
- c) Danilo não poderá abrir mão da ação penal privada ajuizada
- d) Danilo poderá oferecer o perdão do ofendido a Lúcio, mas tal perdão se estenderá a Cristiano; o perdão não produzirá efeitos, porém, em relação àquele que o recusar.
- e) Danilo poderá oferecer o perdão do ofendido a Lúcio, e tal perdão não se estenderá a Cristiano

52. Tércio, Prefeito do município X, desviou verbas transferidas pela União Federal ao referido município, e que ainda estavam sujeitas a prestação de contas perante órgão federal, praticando, assim, o crime de peculato.

Atento ao caso narrado, com relação à competência, é correto afirmar que:

- a) Compete ao TRF da região em que o município está localizado processar e julgar Tércio pelo crime de peculato praticado.
- b) Compete ao Tribunal de Justiça do estado que o município está localizado processar e julgar Tércio pelo crime de peculato praticado.
- c) Compete à Justiça Federal de primeira instância processar e julgar Tércio pelo crime de peculato praticado.

d) Compete à Justiça Estadual de primeira instância processar e julgar Tércio pelo crime de peculato praticado.

e) Compete à Câmara de Vereadores julgar o prefeito, por se tratar de crime de responsabilidade.

NOÇÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Fábio Dutra

53. A obrigação tributária surge com a ocorrência do fato gerador previsto na legislação tributária. Sobre este tema, analise as assertivas e julgue a correta:

- a) A obrigação tributária principal tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
- b) A obrigação tributária acessória decorre apenas da atividade administrativa vinculada ao lançamento.
- c) O sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo, mas não da penalidade pecuniária.
- d) A obrigação tributária principal extingue-se com a simples ocorrência do fato gerador.
- e) A obrigação acessória, por sua natureza, depende da existência de obrigação principal para ser constituída.

54. O crédito tributário pode ser suspenso em determinadas situações previstas no Código Tributário Nacional. Sobre este tema, julgue a alternativa correta:

- a) O depósito do montante integral do crédito tributário por si só não suspende a exigibilidade do crédito.
- b) O parcelamento do crédito tributário não suspende sua exigibilidade.
- c) A moratória pode ser concedida em caráter individual ou geral e suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- d) A concessão de medida liminar em mandado de segurança não suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- e) O despacho da autoridade administrativa concedendo isenção suspende a exigibilidade do crédito tributário.

55. O Código Tributário Nacional estabelece diversas garantias e privilégios para o crédito tributário. Sobre este tema, assinale a assertiva correta:

- a) na falência, o crédito tributário goza de privilégio absoluto.
- b) O crédito tributário tem preferência sobre qualquer crédito, inclusive trabalhista e de acidente de trabalho.
- c) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário podem alterar sua natureza.
- d) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.
- e) O CTN definiu expressamente todas as possíveis garantias a serem atribuídas ao crédito tributário.

56. A Constituição Federal estabelece as competências tributárias dos entes federativos. Sobre este tema, analise as assertivas a seguir e, ao final, assinale a alternativa correta:

- () A União tem competência para instituir impostos residuais, desde que não sejam cumulativos e tenham base de cálculo e fato gerador diversos dos discriminados na Constituição.
- () A União pode instituir impostos sobre renda e patrimônio de Estados, Distrito Federal e Municípios.
- () O imposto sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente incidirá uma única vez sobre o bem ou serviço.

Estão corretos os seguintes itens:

- a) I, e III
- b) I e II
- c) I
- d) II e III
- e) I, II, III

57. Sobre a exclusão do crédito tributário, conforme disposto no Código Tributário Nacional, analise as assertivas a seguir e marque a verdadeira:

- a) A anistia pode excluir, além das infrações tributárias, o próprio tributo devido.
- b) A isenção pode ser concedida por meio de lei ou ato normativo infralegal.
- c) A isenção onerosa não pode ser revogada.
- d) A anistia abrange infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, salvo disposição expressa em contrário.
- e) A isenção e a anistia são modalidades de suspensão do crédito tributário.

58. Sobre a extinção do crédito tributário, conforme disposto no Código Tributário Nacional, está correta afirmar:

- a) O pagamento é a única forma de extinção do crédito tributário prevista no Código Tributário Nacional.
- b) A dação em pagamento em bens imóveis pode extinguir o crédito tributário.
- c) A compensação pode ser efetuada por iniciativa do contribuinte, independentemente de autorização legal.
- d) A prescrição e a decadência são modalidades de suspensão do crédito tributário.
- e) O crédito tributário não pode ser extinto por transação.

59. Sobre a inscrição em dívida ativa conforme disposto no Código Tributário Nacional, é correto afirmar:

- a) A inscrição em dívida ativa gera a presunção relativa de certeza e liquidez do crédito tributário.
- b) A Certidão de Dívida Ativa pode ser emitida sem prévia notificação do contribuinte sobre a constituição do crédito tributário.
- c) A dívida ativa abrange apenas os tributos não pagos e não inclui juros e multas.
- d) A prescrição do crédito tributário inscrito em dívida ativa ocorre em dois anos a partir da data da inscrição.
- e) A inscrição em dívida ativa é ato exclusivo do Poder Judiciário.

60. Sobre as certidões negativas previstas no Código Tributário Nacional, analise as assertivas a seguir e, ao final, assinale a alternativa correta:

- () A certidão negativa de débitos atesta a inexistência de débitos tributários vencidos e não pagos do contribuinte.

() A certidão positiva com efeitos de negativa é emitida quando há débitos tributários, mas com exigibilidade suspensa ou garantidos por penhora.

() o prazo para fornecimento da certidão negativa requerida é de 30 dias.

Estão corretos os seguintes itens:

- a) I, e III
- b) I e II
- c) I
- d) II e III
- e) I, II, III

Redação

Há tanta informação disponível, mas talvez estejamos nos imbecilizando. Porque nos falta contemplação, nos falta o vazio que impele à criação, nos falta silêncios. Nos falta até o tédio. [...] O excesso de trabalho e desempenho agudiza-se numa autoexploração. Essa é mais eficiente que uma exploração do outro, pois caminha de mãos dadas com o sentimento de liberdade. [...] Ser multitarefa, uma outra dimensão do mesmo fenômeno, é visto como uma capacidade neste momento histórico, uma espécie de ganho evolutivo que tornaria a pessoa mais bem adaptada à sua época. [...] A contemplação é civilizatória. E o tédio é criativo. Mas ambos foram eliminados pelo preenchimento ininterrupto do tempo humano por tarefas e estímulos simultâneos.

Eliane Brum. El País.

A multitarefa não é uma capacidade para a qual só seria capaz o homem na sociedade trabalhista e de informação pós-moderna. Trata-se antes de um retrocesso. A multitarefa está amplamente disseminada entre os animais em estado selvagem. Trata-se de uma técnica de atenção, indispensável para sobreviver na vida selvagem. Um animal ocupado no exercício da mastigação de sua comida tem de ocupar-se ao mesmo tempo também com outras atividades. Deve cuidar para que, ao comer, ele próprio não acabe comido. Ao mesmo tempo tem de vigiar sua prole e manter o olho em seu(sua) parceiro(a). O animal não pode mergulhar contemplativamente no que tem diante de si, pois tem de elaborar ao mesmo tempo o que tem atrás de si. Não apenas a multitarefa, mas também atividades como jogos de computador geram uma atenção ampla, mas rasa, que se assemelha à atenção de um animal selvagem.

Byung-Chul Han, Sociedade do cansaço. Adaptado.

Considerando as ideias apresentadas nos textos e também outras informações que julgar pertinentes, redija uma dissertação em prosa, na qual você exponha seu ponto de vista sobre o tema: **o ócio e a contemplação na era da produtividade multitarefa.**

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
